

na da Verdade, a oficina ajudará os entes federativos a compreenderem como a violação sistemática de direitos pauta toda a história indigenista no Brasil e, com isso, melhor orientar a garantia desses direitos no âmbito municipal.

OFICINA DE APOIO E ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE

O Ministério dos Povos Indígenas tem o papel de articular e apoiar a garantia do direito à saúde dos povos indígenas. Com esse intuito realizar-se-ão oficinas em que se repassarão informações verdadeiras sobre o papel e a responsabilidade do Ministério dos Povos Indígenas, da Funai, do Ministério da Saúde e das outras instituições. Também serão divulgados editais de fomento e de apoio às articulações com os órgãos, assim como se avançará na perspectiva de suporte aos municípios.

Os municípios poderão compreender quais as garantias legais na área da saúde, o papel das instâncias de atuação dos órgãos e como recorrer para ativá-los. Isso poderá permitir maior agilidade no enfrentamento às barreiras e demandas na área da saúde.

AÇÕES DE PROMOÇÃO A POLÍTICAS PARA INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE CONTEXTO URBANO

A Secretaria de Promoção e Articulação dos Direitos Indígenas, do Ministério dos Povos Indígenas, por meio da sua Coordenação de Promoção de Políticas para Indígenas em Situação de Contexto Urbano, realizará a oficina “Orientações e caminhos para ter acesso aos benefícios sociais federais e acolhimento das famílias” aos municípios que realizam atendimento aos indígenas refugiados e migrantes no Brasil. O intuito da oficina é o de subsidiar Subsidiar o município através de oficina para a execução de políticas públicas aos indígenas migrantes. As reuniões presenciais e por videoconferência serão facilitadas pelo Coordenador de Políticas para Indígenas em Situação de Contexto Urbano, Bruno de Moura Santos.

Editais:

- **Edital de Intercâmbio Cultural MinC nº 02/2023 e 03/2023 - Intercâmbio para Formação Audiovisual no Exterior.**
Link: <https://mapas.cultura.gov.br/busca>
- **Festival "O Brasil é Terra Indígena: Acontecerá nos dias 17 e 18/11/2023.**
- **Chamada Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência. A chamada para a inscrição no programa está prevista para novembro de 2023.**
- **A Lei Paulo Gustavo (LC nº 195/2022).**
- **MinC abre edital para Organizações da Sociedade Civil para executar ações do Programa Nacional dos Comitês de Cultura.**

Para maiores informações:

- Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas (SEDATI)
mpi.sedati@povosindigenas.gov.br
- Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (SEGATI)
mpi.segati@povosindigenas.gov.br
- Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART)
mpi.segati@povosindigenas.gov.br
- Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
aspar.mpi@povosindigenas.gov.br
2020-1895 / 1271

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



CARAVANA
FEDERATIVA

Serviços do Ministério dos Povos Indígenas

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO INDÍGENA

A iniciativa visa promover formação voltada aos GESTORES SOCIAIS e ASSISTENTES SOCIAIS sobre atendimento culturalmente adequado à população indígena usuária das políticas de proteção social básica e especial.

As ações de promoção das políticas de proteção social básica e especial do Ministério dos Povos indígenas objetivam as seguintes áreas temáticas: Política de transferência de renda - Programa Bolsa Família; BPC; Promoção da acessibilidade dos povos indígenas à política previdenciária; Promoção da acessibilidade dos povos indígenas à documentação civil básica; Distribuição emergencial de alimentos aos povos indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional; Proteção da infância e adolescência indígena. A atividade de formação ocorrerá por meio da realização de um encontro remoto e um encontro presencial.

OFICINAS DE FORMAÇÃO SOBRE A LEI PAULO GUSTAVO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil, para a execução de ações e projetos em todo o território nacional. Os fazedores de cultura terão acesso aos valores por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços ou outras formas de seleção pública simplificada executados pelos estados, municípios e Distrito Federal cadastrados junto ao Ministério da Cultura (MinC).

A atividade de formação ocorrerá por meio da realização de um encontro por vídeo conferência e uma oficina presencial, ambas com a participação dos indígenas do Município.

OFICINAS DE FORMAÇÃO-FORTEALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA PERSPECTIVA DO DIREITO TERRITORIAL

O Departamento de Demarcação Territorial da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas (DEDET/SEDATI/MPI), propõem aos municípios interessados o estabelecimento de parceria para a realização de oficinas de formação para organizações

indígenas na perspectiva da garantia territorial, dentre outras ações de fomento a proteção territorial.

A atividade de formação ocorrerá por meio da realização de uma oficina presencial, ambas com a participação dos indígenas do Município.

OFICINA 'DIREITOS INDÍGENAS, ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS'

A iniciativa tem a finalidade de reunir lideranças indígenas e gestores municipais para fomentar nos municípios uma rede de cooperação, de experiências e capacidades para a defesa e promoção de direitos dos povos indígenas.

Além disso, pretende avançar no conhecimento quanto à atuação de órgãos com funções essenciais à justiça, relacionadas às demandas indígenas e qual o papel que o MPI desempenha.

A oficina dar-se-á de forma virtual e presencial e tem como público-alvo gestores do poder executivo municipal, lideranças indígenas residentes no município e integrantes de órgãos com funções essenciais à justiça.

OFICINAS DE FORMAÇÃO SOBRE AÇÕES ESPORTIVAS PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS

A Coordenação de Saberes Indígenas, traz para as comunidades e povos indígenas informações, por meio de oficinas, como instrumento facilitador, o acesso às comunidades indígenas dos recursos disponibilizados pelo governo federal para o financiamento de ações esportivas. Dentro dessas iniciativas, tem-se:

1. Oficinas regionais preparatórias para o Fórum Nacional de Políticas Esportivas, a ser realizado em Brasília em 2024;
2. Edital para bolsas de apoio ao esporte indígena.
3. Apoio a eventos esportivos indígenas. Essa ação tem o objetivo de fornecer apoio financeiro para a realização de eventos esportivos em comunidades indígenas. Os organizadores e educadores indígenas, cujas atividades estejam voltadas para as práticas esportivas, terão acesso aos valores por meio do edital e seleção pública simplificada, executadas pelas associações, cooperativas e pessoas indicadas pela comunidade.

FORMAÇÃO EM CIDADANIA INDÍGENA E COMBATE AO RACISMO

A Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas disponibilizará curso de formação aos municípios sobre cidadania indígena e combate ao racismo, com o objetivo de promover direitos indígenas e eliminar práticas de preconceitos e de discriminação.

As formações são planejadas e programadas junto aos interessados segundo suas realidades, necessidades e objetivos com a definição de responsabilidades para a execução da atividade de formação.

ASSESSORIA PARA CRIAÇÃO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POVOS INDÍGENAS

A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (AESPAR) do MPI, por meio da sua Coordenação Geral de Assuntos Federativos, disponibilizará assessoria aos municípios que possuam territórios indígenas, bem como a presença de povos indígenas que vivam em contexto urbano, visando a criação de Secretarias Municipais de Povos Indígenas. A iniciativa tem a finalidade de facilitar a interlocução entre os povos indígenas e o poder executivo municipal, tendo em vista a criação de políticas públicas que atendam às demandas e reivindicações dos povos indígenas. A criação das secretarias nos municípios também visa ampliar a representatividade indígena nos espaços de poder e decisão.

OFICINA "JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO INDÍGENA E A COMISSÃO NACIONAL INDÍGENA DA VERDADE"

A Secretaria de Promoção e Articulação dos Direitos Indígenas tem a finalidade de capacitar os municípios no tema da Justiça de Transição aos povos indígenas no Brasil. Com isso, pretende-se que gestores municipais compreendam como a Justiça de Transição Indígena pode e deve caracterizar uma reação crítica ao silenciamento e esquecimento impostos pelo regime militar durante a Ditadura (1964-1985) e, também, em períodos anteriores, até os dias de hoje. A partir do entendimento do papel de uma Comissão Nacional Indígena